

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Promotiva S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

A Promotiva S.A. é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social a prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial de consórcios, seguridade, capitalização, créditos para celular e outros serviços e produtos financeiros no País; a operacionalização de contratos e convênios de prestação de serviços; prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria e mercadológica, assessoria

técnica e administrativa na área financeira; prestação de serviços de correspondente; participação em outras sociedades e execução de quaisquer outras atividades que se relacionem com o seu objeto social.

No encerramento do exercício de 2018, a Promotiva S.A. registrou resultado de R\$ 20,5 milhões, ante R\$ 17,0 milhões em 2017. Já o patrimônio líquido evoluiu de R\$ 29,8 milhões no encerramento de 2017 para R\$ 45,4 milhões em 2018.

Aos acionistas da Promotiva é assegurado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro de cada período, deduzido da reserva legal. Por ocasião do encerramento do exercício de 2018, o valor de

dividendos cabível aos acionistas sobre o lucro do período totalizou R\$ 4,9 milhões. Em 13 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 4,1 milhões, valores pagos integralmente em 14 de dezembro de 2018. Assim, a Administração propôs a distribuição do valor complementar dos dividendos, equivalente a R\$ 8 milhões.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pelo sucesso alcançado em 2018.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2019

A Diretoria
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017		Nota	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE		64.026	57.399	PASSIVO CIRCULANTE		37.992	29.504
Caixa e equivalentes de caixa	4	164	130	Passivos tributários correntes	11	13.620	9.501
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5	–	6.526	Dividendos a pagar	13c	759	4.048
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	–	5.162	Outros passivos	12	23.613	15.955
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	–	–	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		–	1.198
Ativos financeiros - Emprestimos e recebíveis	6	23.042	16.394	Outros passivos	12	–	1.198
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	–	–	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.418	29.775
Ativos tributários correntes	8	33.567	23.941	Capital Social	13a	16.189	16.189
Ativos tributários diferidos	8	7.074	5.230	Reservas		29.229	13.586
Outros ativos		179	16				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		19.384	3.078				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5	–	2.395				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5	19.018	82				
Ativos tributários diferidos	8	106	–				
Ativos tangíveis	9	257	595				
Ativos intangíveis	10	3	4				
Outros ativos		–	2				
TOTAL DO ATIVO		83.410	60.477	TOTAL DO PASSIVO		83.410	60.477

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS em 31.12.2016	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		realizado	Reserva legal	Outras reservas	acumulados		
Reversão de dividendos (proposte exercício anterior)		–	–	–	–	–	–
Aumento de Capital	13a	2.797	–	(2.797)	–	–	–
Lucro líquido do período		–	–	–	–	17.045	17.045
Destinações:							
Reserva legal	13c	–	852	–	–	(852)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	13c	–	–	–	–	(4.048)	(4.048)
Reserva estatutária		–	–	–	–	(12.145)	–
Saldos em 31.12.2017		16.189	1.441	12.145	–	–	–29.775
Mutações do Período		2.797	852	12.145	–	–	15.794
Saldos em 31.12.2018		16.189	1.441	12.145	–	–	–29.775
Lucro Líquido do período		–	–	–	–	20.516	20.516
Destinações:							
Reserva legal	13c	–	1.026	–	–	(1.026)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	13c	–	–	–	–	(4.873)	(4.873)
Reserva estatutária		–	–	–	–	(14.617)	–
Saldos em 31.12.2018		16.189	2.467	26.762	–	–	–45.418
Mutações do Período		–	1.026	14.617	–	–	–15.643

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A PROMOTIVA E SUAS OPERAÇÕES

A Promotiva, instituição ou entidade) é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social a prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial de consórcios, seguridade, capitalização, créditos para celular e outros serviços e produtos financeiros no País; a operacionalização de contratos e convênios de prestação de serviços; prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria e mercadológica, assessoria técnica e administrativa na área financeira; prestação de serviços de correspondente; participação em outras sociedades e execução de quaisquer outras atividades que se relacionem com o seu objeto social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) Base de reconhecimento e mensuração

As vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do instrumento financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em Receitas/ Despesas de juros no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas contábeis e julgamento

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente.

e) Autorização das demonstrações financeiras

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração em 07 de fevereiro de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

As despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis à sua natureza.

Receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.

Receitas de serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 48, pelo valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivo financeiros

De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest - Somente Pagamento de Principal e Juros). O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro.

Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem afetar significativamente os fluxos de caixa contratuais futuros.

Os Modelos de Negócios da entidade refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da entidade é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48.

- Modelo de Negócio cujo o objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (custo amortizado); nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.
- Modelo de Negócio cujo o objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido.
- Outros Modelos de Negócio (valor justo por meio do resultado). Nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo por meio do resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao teste SPPI. Os ativos financeiros que não passaram no teste não poderão ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo por meio do resultado (marcação a mercado no resultado).

Instrumentos de Patrimônio

As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se a Companhia optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado.

d) Ativos e passivos tributários

O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável. O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

O COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% (regime cumulativo) e 7,6% (regime cumulativo e não cumulativo), ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2% sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas		51.334	40.820
Receitas de prestação de serviços	14	49.959	39.963
Receitas de juros	5c	1.174	857
Insuomos Adquiridos de Terceiros		(1.351)	(1.314)
Manutenção e conservação de bens	16	(131)	(83)
Publicação, propaganda e publicidade	16	(59)	(55)
Serviços técnicos especializados	16	(212)	(433)
Outros		(949)	(743)
Valor Adicionado Bruto		49.983	39.506
Despesas de amortização/depreciação	16	(47)	(45)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		49.936	39.461
Valor Adicionado a Distribuir		49.936	39.461
Valor Adicionado Distribuído		49.936	39.461
Pessoal		6.930	5.187
Salários e honorários		5.532	3.826
Participação de empregados e administradores nos lucros e resultados		355	696
Benefícios	15	665	397
FGTS		378	268
Impostos, Taxas e Contribuições		22.127	16.898
Federais		13.060	13.060
Municipais		5.135	3.838
Remuneração de Capitais de Terceiros		363	331
Aluguéis	16	363	331
Remuneração de Capitais Próprios		20.516	17.045
Dividendos		4.873	4.048
Lucro retido		15.643	12.997

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

- Veículos - 20%;
- Sistemas de processamento de dados - 20%;
- Demais itens - 10%;
- Benefícios em propriedade de terceiros - prazo do contrato de aluguel.

A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido depreciação.

f) Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

g) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - Aplicação Geral

O modelo de redução ao valor recuperável prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela segregação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.

h) sem adoção antecipada

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1), bem como interpretação relacionada (ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização permanecerá segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Não há impactos significativos na adoção da norma.

i) Normas e interpretações que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2018

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substituiu o CPC 17 - Contratos de Construção e o CPC 30 Receitas, bem como interpretações relacionadas (Interpretação A - Programa de Fidelidade, ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário, ICPC

02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário, ICPC

	Saldo em 31/12/2017	Reclassificação de categoria (1)	Nova classificação (CPC 48)	Saldo em 01/01/2018 (CPC 48)
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	130	–	–	130
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	8.921	(8.921)	–	–
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.162	14.083	–	14.083
Ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis	16.394	(16.394)	–	–
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	16.394	–	16.394
Ativos tributários correntes	23.941	–	–	23.941
Ativos tributários diferidos	5.312	–	–	5.312
Outros ativos	18	–	–	18
Ativos tangíveis	595	–	–	595
Ativos intangíveis	4	–	–	4
PASSIVO				
Passivos tributários correntes	9.501	–	–	9.501
Dividendos a pagar	4.048	–	–	4.048
Outros passivos	17.153	–	–	17.153
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	16.189	–	–	16.189
Reservas	13.586	–	–	13.586

(1) Reclassificações: referem-se às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	164	130
Total	164	130

5. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria

	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor de mercado (contábil)	Valor de mercado não realizado	Valor de mercado (contábil)	Valor de mercado não realizado
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	–	–	–	–
Título público federal - LFT	–	–	8.922	8.921
2 - Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–
Título público federal - LFT	–	–	5.163	5.162
3 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.018	19.018	–	–
Título público federal - LFT	19.018	19.018	–	–
Total (1 + 2 + 3)	19.018	19.018	–	14.083

b) Composição por Faixa de Vencimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

c) Dividendos
Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro de cada período, deduzindo-se o montante destinado à Reserva Legal. A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 4.873 (R\$ 4.048 em 31 de dezembro de 2017).
Em 13 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 4.114, pagos integralmente em 14 de dezembro de 2018.

	Exercício/2018	Exercício/2017
Lucro líquido do período	20.516	17.045
Destinação para reserva legal	(1.026)	(852)
Base de cálculo	19.490	16.193
Dividendos mínimos obrigatórios	4.873	4.048
Valor proposto	4.873	4.048
% sobre a base de cálculo	25%	25%

	Exercício/2018		Exercício/2017	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$
Remuneração aos acionistas				
Remunerações pagas antecipadamente	4.114	822,80	–	–
Dividendos	4.114	822,80	–	–
Remunerações a pagar	759	151,80	4.048	809,60
Dividendos	759	151,80	4.048	809,60
Remuneração referente ao exercício vigente	4.873	974,60	4.048	809,60
Total de remuneração aos acionistas	4.873	974,60	4.048	809,60

14. RECEITA DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de correspondente bancário	292.571	247.295
Comissão autônomos	(242.612)	(207.332)
Total	49.959	39.963

15. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercício/2018	Exercício/2017
Honorários	(119)	(686)
Benefícios	(665)	(397)
Encargos sociais	(1.571)	(1.081)
Proventos	(5.413)	(3.220)
Total	(7.768)	(5.384)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2018	Exercício/2017
Aluguéis	(363)	(331)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(131)	(83)
Despesas de processamento de dados	(32)	(55)
Despesas de promoções e relações públicas	(43)	(17)
Despesas de publicação, propaganda e publicidade	(59)	(55)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(38)	(29)
Despesas de serviços técnicos especializados	(212)	(433)
Despesas de contribuição filantrópica	(418)	(308)
Amortização	(1)	(3)
Depreciação	(46)	(42)
Outras	(418)	(334)
Total	(1.761)	(1.690)

17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Exercício/2018	Exercício/2017
Atualização de tributos pagos a maior	403	306
Outros	(202)	2
Total	201	308

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Exercício/2018	Exercício/2017
Valores correntes	(12.464)	(8.985)
IR e CSLL no país - Corrente	(12.464)	(8.985)
Valores diferidos	1.868	244
IR no País - Diferido	1.312	137
CSLL no País - Diferido	556	107
Total	(10.596)	(8.741)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2018	Exercício/2017
Resultado antes dos tributos e participações	31.467	26.482
Despesa de imposto de Renda e Contribuição Social	(10.596)	(8.741)
Encargo total do IR (alíquota de 25%) e CSLL (alíquota de 9%)	(10.698)	(9.003)
Outros valores	102	262

19. PARTES RELACIONADAS

a) Sumário das transações com partes relacionadas
As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

	31.12.2018			
	Conglomerado do Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladora	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2	–	162	164
Passivos				
Dividendos a pagar	–	–	(759)	(759)

	31.12.2017			
	Conglomerado do Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Controladora	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	–	126	130
Passivos				
Dividendos a pagar	–	–	(4.048)	(4.048)

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável
Os Programas de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até 2021.

No primeiro semestre de 2017, a Companhia implementou um novo Programa de Remuneração Variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Companhia. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017.

A Companhia também possui um plano de incentivo de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo:

Plano ILP: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal - Proventos da Companhia R\$ 836 (R\$ 486 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Na Companhia, ocorreram pagamentos aos colaboradores referentes aos Programas de Remuneração de Longo Prazo no valor de R\$ 30, decorrente do programa de 2015.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou na rubrica Outras Obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 1.492 (R\$ 910 em 31 de dezembro de 2017).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados da Companhia e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio Líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio Líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio Líquido base para a valorização da ação virtual.

	Exercício/2018	Exercício/2017
Quantidade inicial	49.918	22.690
Novos/Atualizações	16.755	27.228
Pagas	(25.134)	–
Quantidade final	41.539	49.918

21. PASSIVOS CONTINGENTES
A Companhia não é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, civis e trabalhistas.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Processo de gestão de riscos
A Instituição realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pela Companhia. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio da Companhia, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias da Companhia, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, a Companhia adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

b) Risco de crédito
Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revisados mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

c) Risco de liquidez
Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional
Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.

e) Risco de mercado
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *inputs* incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo e enquadrados no Nível 2.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

f) Gerenciamento de Capital

Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha ao estabelecido pelas Resoluções nº 3.988 e nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do Capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de Capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do Capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de Capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do Capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2018

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	5.700	5

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
		Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2017	4.048	16.189	13.586	33.823

Recursos provenientes da destinação de resultado

Dividendos pagos	4.873	–	15.643	20.516
	(8.162)	–	–	(8.162)

Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento

Saldo em 31.12.2018	(3.289)	16.189	29.229	46.177
----------------------------	----------------	---------------	---------------	---------------

Saldo em 31.12.2018

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
		Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2016	2.797	13.392	589	16.778

Reversão de dividendos

propostos exercício anterior	(2.797)	–	2.797	–
Aumento de Capital	–	2.797	(2.797)	–

Recursos provenientes da destinação de resultado

	–	–	12.997	12.997
--	---	---	--------	--------

Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento

Variações sem efeito de caixa	(2.797)	2.797	12.997	12.997
--------------------------------------	----------------	--------------	---------------	---------------

Saldo em 31.12.2017

Recursos provenientes da destinação de resultado	4.048	–	–	4.048
--	-------	---	---	-------

Saldo em 31.12.2017

	4.048	16.189	13.586	33.823
--	--------------	---------------	---------------	---------------